

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MILENE PEREIRA LEITE

**CARLOS HEITOR CONY: O "DOM QUIXOTE" DA IMPRENSA BRASILEIRA EM
1964**

ARAGUAÍNA
2015

MILENE PEREIRA LEITE

**CARLOS HEITOR CONY: O "DOM QUIXOTE" DA IMPRENSA BRASILEIRA EM
1964**

Monografia apresentada ao curso
de Licenciatura em História da
Universidade Federal do Tocantins,
para obtenção de título de
Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Martha
Victor Vieira

Araguaína
2015

MILENE PEREIRA LEITE

**CARLOS HEITOR CONY: O "DOM QUIXOTE" DA IMPRENSA BRASILEIRA EM
1964**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em História da
Universidade Federal do Tocantins,
para obtenção de título de
Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Martha Victor
Vieira

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Martha Victor Vieira (Orientadora)

Prof. Dr. Braz Batista Vas

Prof^a Dra. Mariseti Cristina Soares Lunckes

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus pais, Osvaldo Pimenta e Creuza Leite, por terem me proporcionado, como muito sacrifício a busca de novos conhecimentos e aprendizagem desde criança, que pude chegar a Universidade pública, agradeço aos meus nove irmãos: Olavo (*in memoriam*), Osvaldina, Deusvaldina, Creusvaldina, Antônio José, Mauriza, Mileide e Osvaldo Filho.

Ao meu esposo Adailton, por dividir momentos de conquistas e de dificuldades durante a minha trajetória acadêmica, e pelo apoio dos meus amigos, alguns de longa data como a Marlúcia Reis e outros recentes como Eli Duarte e Neude Sirqueira, Maiane Oliveira e em especial a Elani Cristina, pela sua dedicação, pelo ombro amigo, pela paciência e ajuda. E não posso deixar de citar a minha tia Ana Maria e minha sobrinha Aline Leite, todos possuem uma importância fundamental na minha vida.

Agradeço também aos professores dos quais tive contato durante a minha vida acadêmica, principalmente a minha orientadora Martha Victor Vieira, que teve paciência e dedicação com toda minha limitação e a professora Rosária Helena, pelos ótimos conselhos sobre a vida, e aos meus colegas da minha turma original de 2012, que tornaram esses anos bastante agradáveis.

"Todos os dias quando acordo, não tenho mais o tempo que passou, mas tenho muito tempo, temos todo o tempo do mundo (...)
Sempre em frente, não temos tempo a perder." (Legião Urbana)

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade compreender a ditadura militar, através das narrativas do escritor Carlos Heitor Cony que promove a resistência ao regime nas crônicas do livro *O ato e o fato*, que foi publicado em 1964, no jornal *Correio da Manhã*. Analisaremos também, o papel e o conceito de intelectual a partir da convocação que Cony faz a estes na crônica "*A Hora dos Intelectuais*". O regime militar brasileiro desprezou a democracia, cassou mandatos, prendeu, torturou e matou os opositores do Estado, os militares praticaram graves violações aos direitos humanos, legitimados pela vontade de proporcionar a Segurança Nacional, um movimento militar que segundo estes, se tratava de uma "Revolução".

Palavras-chave: Intelectual, Carlos Heitor Cony e ditadura militar.

ABSTRACT

This study aims to understand the military dictatorship, through the narratives of the writer Carlos Heitor Cony which promotes resistance to the regime in the book chronicles the Act and the fact that it was published in 1964, the newspaper *Correio da Manhã*. We will also analyze the role and the concept of intellectual from the call that Cony make these in chronic "*The Time of Intellectuals*". The Brazilian military regime despised democracy, stripped mandates, arrested, tortured and killed the state's opponents, the military practiced serious violations of human rights, legitimized by the will to provide the National Security, a military movement that according to them, it was a "Revolution".

Keywords: Intellectual, Carlos Heitor Cony and military dictatorship.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I: O conceito de intelectual: Algumas considerações	10
1.1 Intelectuais e Estado no Brasil	14
Capítulo II: O contexto do regime militar e a trajetória intelectual de Cony	18
2.1 Cony: O "Dom Quixote" da imprensa brasileira.....	21
Considerações finais	27
Referências	28

INTRODUÇÃO

Entre 1964 a 1984, a sociedade brasileira vivenciou um cenário bastante opressor, orquestrado pelos vários agentes, que agiam em nome do Estado brasileiro, que era governado por presidentes militares. Nesse período, toda forma de manifestação, individual ou coletiva, considerada subversiva, era severamente punida.

Os intelectuais, políticos, artistas, trabalhadores e estudantes que resolveram fazer oposição às medidas tomadas pelo Governo sofriam retaliações, como perda de cargo público, censura e perseguição. Essa experiência traumática deixou marcas que jamais serão apagadas da memória daqueles que tentaram mostrar seu descontentamento com a ditadura militar.

As demonstrações de insatisfação poderiam ser observadas nas músicas, livros, jornais e filmes, bem como em outras formas de manifestação intelectual e artística. O descontentamento, em relação ao governo, que a maioria da população sentia, uniu várias classes sociais, fazendo com que os militares reagissem com violência. Muitos dos manifestantes foram exilados, perseguidos, presos, censurados e, às vezes, torturados e mortos.

Mesmo diante das censuras legais, alguns intelectuais, como o jornalista Carlos Heitor Cony, não se mantiveram amordaçados. Em 1964, Cony lançou crônicas contra o golpe no jornal *Correio da Manhã*. Essas crônicas foram reunidas por Ênio Silveira e publicadas em forma de livro neste mesmo ano, caracterizando um ato de protesto contra a ditadura militar.

Passado mais de três décadas, desde o fim do regime militar, o golpe de 64 ainda é um assunto que rende diversas discussões. Cony, com suas crônicas, relata bem os acontecimentos dessa época. De modo que o livro acabou tornando-se um documento da nossa história recente, e é por isso que essa obra é a principal motivação para esse estudo, que faz também uma reflexão sobre a importância e o papel do intelectual na sociedade.

CAPÍTULO I

O CONCEITO DE INTELLECTUAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política* afirma que a palavra intelectual possui dois sentidos principais que se diferem. O primeiro sentido compreende:

Uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa superior à média e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. (BOBBIO, 2000, p. 637)

Diferindo desta noção mais "técnica" de intelectual, Bobbio também apresenta uma segunda acepção, tipicamente usada pela publicidade, segundo a qual os intelectuais são os escritores tidos como "engajados". Apesar de abrangente, essa acepção, segundo o autor, é "[...] mais interessante a ser aprofundada, porque com esta se relaciona o discutido problema do comportamento político dos intelectuais e de sua atitude crítica e problematizante (IBID., p. 637)". Além disso, nela podem se reunir os artistas, estudiosos e cientistas.

Ainda segundo Bobbio, o termo intelectual passou a ganhar força na segunda metade do século XIX. Em russo, seria "Inteligencija", representando um grupo particular, passando a designar as classes altas. Quatro décadas depois, o termo intelectual aparece em francês, "intellectuels", sendo usado originalmente no "Manifeste des intellectuels" (1898).

O termo Intelectual conserva ainda o sentido político que recebeu, como se fosse um nome de guerra, no conflito entre conservadores e progressistas em torno do caso Dreyfus. Ainda hoje, de fato, indicar uma pessoa como intelectual não designa somente uma condição social ou profissional, mas subteme a opção polêmica de uma posição ou alinhamento ideológico, a insatisfação por uma cultura que não sabe se tornar política ou por uma política que não quer entender as razões da cultura. (IBID., p. 637)

Alguns autores, ao falar dos Intelectuais, apontam tal "classe culta" de modo geral, mesclando instituições e personagens históricos que fazem parte de diferentes tempos históricos. Mas, segundo Bobbio, pode-se falar, sem receios, do usado termo "Intelectuais" nos tempos modernos, no momento do "Desenvolvimento das forças produtivas e a formação da sociedade civil lançam as bases materiais

para uma profunda transformação das então chamadas artes liberais, rompendo a organização corporativa (BOBBIO, 2000, p. 638)”.

Julien Benda (1999, p.66), por sua vez, ao escrever em 1927, define como intelectual “[...] todos aqueles cuja atividade, na sua essência, não perseguem fins práticos, mas que, procurando satisfação no exercício da arte ou da ciência, ou da especulação metafísica, enfim, na aquisição de um bem não temporal [...]”, conseguem manter um distanciamento, de modo a não se deixarem envolver pelas “paixões políticas”, pregando valores universais. Segundo esse autor, a partir do século XIX, “os intelectuais começam a fazer o jogo das paixões políticas”. Mais especificamente, os intelectuais (literatos, artistas, cientistas e filósofos) começaram a adotar “paixões nacionais”. Os membros da igreja, que seriam ‘intelectuais por excelência’, também adotaram as paixões nacionais, esquecendo-se dos valores cristãos universais. Nas suas palavras:

O intelectual moderno não deixa mais o leigo ir à praça pública desacompanhado; ele pretende reivindicar sua alma de cidadão e exercê-la com vigor; ele tem orgulho desta alma; sua literatura é cheia de seu desprezo por aquele que se fecha dentro da arte e da ciência e se desinteressa pelas paixões da cidade [...]”. (IBID., p.66).

A crítica de Benda não é em relação ao engajamento político dos intelectuais, mas sim ao fato dos intelectuais modernos terem abandonado os valores universais em nome da nação e da classe, seja a classe burguesa ou a operária (IBID, p. 98). Ao se render a essas paixões, os intelectuais estariam negligenciando à sua responsabilidade e ao compromisso inerente à sua função. Os intelectuais estariam então realizando uma traição à sua função originária.

Os intelectuais alemães seriam o exemplo mais característico de adesão ao nacionalismo e desprezo pelos ideais universais. Mas muitos intelectuais europeus igualmente serviram à nação, submetendo a moral à política.

Julien Benda condena, sobretudo, os intelectuais que defenderam os regimes autoritários, pois tais intelectuais ao defenderem a necessidade de um Estado forte justificaram várias injustiças. Esses intelectuais teriam distorcido o sentido do que é moral, compreendendo essa moral como sendo condicionada pela razão de Estado.

É interessante observar que o conceito de intelectual, às vezes, aparece equivalendo-se ao erudito, ao homem de letras ou ao homem de cultura. Em relação ao papel que compete a esse último, Bobbio afirma que o mesmo.

[...] não pode abandonar o costume de julgar os eventos sob caráter de história universal. Tal costume deveria permitir-lhe considerar os episódios cotidianos da política do próprio país com o distanciamento ou, se se quiser, com a experiência e a maturidade do historiador que não está ao sabor dos acontecimentos, como o cronista ou o homem de facção. Efetivamente, o homem de cultura que corre atrás dos acontecimentos com os temores, as idiosincrasias, as impressões fugazes do homem comum renuncia a um dos seus deveres, que é a cautela no juízo, a precisão na averiguação dos fatos, a faculdade de falar com discernimento. [...] (BOBBIO, 1999, p. 160)

Outra definição da função do intelectual pode ser encontrada em Gramsci, segundo o qual “todos os homens são intelectuais”, mas “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 06).

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possuem uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concessão do mundo, isto é, para promover maneiras de pensar. (IBID., p. 07-08).

Para Gramsci há dois tipos de intelectuais, um seria o intelectual orgânico e o outro o tradicional. O intelectual orgânico é aquele que é criado por um grupo ligado a um determinado “mundo de produção econômica” e que tem a função de conferir “homogeneidade” ao mesmo, sendo, portanto, seu porta-voz. Já os intelectuais tradicionais são aqueles que estariam ligados a uma estrutura econômica anterior e que aparecem “[...] como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida, nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”. Esses intelectuais tradicionais (clérigos, filósofos, escritores e outros) se sentiriam “autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 1982, p. 3-5).

Nessa perspectiva, as categorias especializadas de intelectuais são formadas em "conexão com todos os grupos sociais", mas especialmente com os grupos dominantes, pois no seio de seu desenvolvimento na busca pelo domínio, todo grupo social luta para a conquista "ideológica dos intelectuais tradicionais", "[...] assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto maior o grupo em questão elaborar simultaneamente seu próprio intelectual orgânico." (IBID, p. 09)

Segundo Gramsci, a função objetiva dos intelectuais, seja ele tradicional ou orgânico, independentemente das atividades que exercem, tem o caráter mediador e organizador da cultura entre as classes sociais e o Estado, os quais percebem as

funções dos intelectuais, os quais executa um papel fundamental dentro da sociedade.

O avanço que a instituição escolar alcançou nas sociedades modernas aponta a relevância pelas categorias e funções intelectuais, ao passo que se buscou aprimorar a intelectualidade de cada indivíduo, assim como se multiplicou e aperfeiçoou as especializações. Sendo a escola a instituição que contribui para a formação de intelectuais em variadas áreas, se compreende a função dos intelectuais em um Estado por suas numerosas escolas qualificadas e, também, por sua classificação. Quanto mais amplo for o espaço escolar e seu grau de capacitação, maior será a complexidade do mundo cultural e a civilização de um Estado. (IBID, p. 09)

O vínculo entre os intelectuais e o mundo da produção depende do contexto social, e pelo conjunto das superestruturas, que pode ser fixada em dois grandes planos: a sociedade civil, que é composta pelo conjunto de instituições privadas e o Estado, que pode ser denominado como a primazia que o grupo dominante rege na sociedade e o comando que se expressa através do estado e no governo jurídico.

É nesse contexto da reflexão gramsciana que surge a expressão intelectual orgânico e tradicional. Os intelectuais 'orgânicos' são os que estão conectados às indústrias e ao mundo do trabalho urbano, às organizações políticas e culturais. Faz parte dessa trama que está sempre se expandindo e a elaboram uma concepção ético-política que os capacita para realizar atividades culturais, educativas e organizativas que legitimam a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representa. Gramsci também fala sobre dois tipos de burguesia: a rural que se vincula aos intelectuais tradicionais que foi orgânico durante o sistema feudal, que não omitem seus interesses particulares pois [...] põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política [...] a burguesia urbana também necessita de intelectuais que no caso são os orgânicos a serviço do capitalismo. Tanto a burguesia rural como a urbana não existem, sem a camada dos intelectuais, pois todos os grupos necessitam destes para se organizarem. Os "intelectuais são os "comissários" dos grupos dominantes para exercícios das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]" (GRAMSCI, 1982, p. 11-13).

Nessa perspectiva, os intelectuais são “funcionários” do grupo dominante e exercem tarefas subalternas para primazia social e do governo político, através da aprovação das massas ao grupo dominante, que deriva do prestígio que os mesmos obtêm por meio de sua posição e função no mundo da produção e por meio de coerção estatal para nos momentos de crise quando o consenso espontâneo falha para disciplina dos grupos que não o fazem ativa nem passivamente.

Ao falar da relação entre intelectuais e poder, Norberto Bobbio também definiu dois tipos de intelectuais: um seria o ideólogo e outro o experto. Esses dois tipos de intelectuais podem ser a mesma pessoa. Contudo, o que os distingue é “[...] a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político.” Os ideólogos seriam aqueles que “fornecem princípios-guias” e os expertos “aqueles que fornecem conhecimentos meios”.

[...] Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita- em sentido forte, a ação é "legitimada" -, pelo fato de estar conforme os valores acolhidos como guia da ação; o experto são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem com que a ação que ele se conforme possa ser chamada de racional segundo o objetivo [...] (BOBBIO, 1997, p. 72-74).

Desse modo, segundo ele: [...] Mesmo que possa existir um certo parentesco entre o ideólogo e o intelectual tradicional e entre o experto e o intelectual orgânico, e mesmo que frequentemente o ideólogo seja humanista e o experto seja técnico [...], (BOBBIO, 1997, p. 72-73), eles são diferentes devido à função que ocupam no mundo social.

1.1 INTELECTUAIS E ESTADO NO BRASIL

Carlos Nelson Coutinho, baseando-se em Gramsci, afirma que o papel do intelectual é fundamental dentro da sociedade. A figura do intelectual moderno, segundo ele, teria surgido com ascensão da burguesia e do liberalismo, que contribuiu para promover uma clivagem entre o Estado e os poderes privados.

A partir desse momento histórico, a cultura vai deixando de estar tão subordinada ao Estado. Assim os intelectuais começam a se desvencilhar dos aparelhos ideológicos, podendo lutar dentro das esferas "privadas".

Essas, aliás, me parece uma acepção, talvez a mais importante da noção gramsciana de "intelectual orgânico", com a emergência da sociedade civil e de sua organização cultural, os intelectuais ligam-se predominantemente às suas classes de origem ou de adoção - e, por meio delas à sociedade como um todo - através da mediação representada pelos aparelhos "privados" de hegemonia. (COUTINHO, 1943, p. 19)

Com o surgimento da sociedade civil organizada começaram aparecer outros tipos de intelectuais que não são apenas funcionários diretos do Estado, mas o intelectual de partido, ligados ao sindicato e os que trabalham dentro dos meios de comunicações (IBID., p. 18).

No Brasil, a criação de uma sociedade civil organizada só ocorreu tardiamente. Ao analisarmos a situação do período colonial, nota-se uma total carência de uma sociedade civil. Isso porque não havia parlamento, partidos políticos e os sistemas de educação ainda eram ligados à Igreja Católica. Além disso, na Colônia não se pode publicar jornais e imprimir revistas. Os intelectuais nesse período estavam conectados à administração colonial, à burocracia e à Igreja (IBID., p. 21).

Segundo Coutinho, a Independência do Brasil, a princípio, só ocorreu apenas como uma artimanha, de um "golpe palaciano" e a sociedade brasileira não tinha se tornado de fato civil. Porém, aos poucos, o país foi ganhando sua autonomia, devido às necessidades que foram surgindo, principalmente política, foi essa mesma necessidade que tornou o país independente. Com o desenvolvimento econômico, mostra-se a indispensabilidade de sujeitos capacitados para lidar com esse novo país. Em outras palavras uma necessidade de criar uma classe de Intelectuais, capacitados. Esse fato contribuiu para a criação de instituições de ensino, especialmente na área jurídica.

É preciso lembrar, que vivíamos então sob um modo de produção escravista, um escravismo certamente peculiar, já que articulado no nível internacional com o capitalismo, com suas exigências mercantis e, portanto, capaz de "importar" certo tipo de cultura (e de instituições) próprias do capitalismo liberal, mas se tratava sempre no plano interno, de um regime escravista. (COUTINHO, 2005, p. 22).

Com o fim da escravidão no Brasil, os escravos ficaram desarranjados e desbastados de um esquema político global. Por outro lado, os proprietários escravocratas necessitavam dos intelectuais apenas como mão de obra qualificada para execução das atividades administrativas do Estado que equilibravam.

Não precisando legitimar sua dominação através da batalha de idéias, as classes dominantes de então incentivavam uma cultura puramente ornamental, que serviu para conceder status tanto aos intelectuais quanto aos seus mecenas, mas que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo nação. (COUTINHO, 2005, p. 23).

Os intelectuais, geralmente, eram cooptados pelo Estado, por meio de relações de favor. Dessa forma, eles ficavam subordinados às pessoas das classes dominantes. O conhecimento era usado como forma de diferenciação para homens livres, porém, não proprietários, que não desejavam prestar serviços braçais, já que esse tipo de trabalho era associado à condição de escravo. Esse status funcionava como uma ilusão para que as vontades das classes dominantes da época fossem cumpridas.

Essa situação não se alterou radicalmente durante a Primeira República. Também a República, como a Independência, foi fruto de uma mudança "pelo alto", foi pouco mais que um golpe militar; as grandes massas, que continuavam desorganizadas, não participavam de sua proclamação. (IBID., p. 23).

Parnasianos, simbolistas, românticos tardios, todos esses movimentos se referenciam e se atraem a concepção "elitista, aristocratizante, ornamental". A partir de 1920, a sociedade brasileira começou a mudar e o capitalismo foi ganhando força, surgindo assim uma necessidade de pessoas capacitadas, para lidar com esse novo sistema. Diante disso, novas classes e camadas sociais vão aparecendo no Brasil.

Na Primeira República, a relação do intelectual com o Estado era baseada nas redes de relações sociais. O Estado era o principal mecenas das produções culturais. Contudo, nesse período, houve também uma diversificação da cultura, devido às demandas de novos grupos sociais:

Os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido diretamente por famílias abastadas e cultas, ao passo que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às "panelas" comandadas pelos dirigentes da elite burocrática (MICELI, 1979, p. XX).

Em São Paulo, as consequências da Revolução de 30 atingiram os intelectuais ligados aos grupos dirigentes, os quais continuaram agindo no sentido de reunificar a oligarquia regional. Entretanto, ao longo da década de 1930, surgiu um novo quadro de “intelectuais reacionários”, ligados a Ação Integralista Brasileira e à Igreja Católica.

A maioria dos jovens intelectuais que se tornaram militantes nas organizações “radicais” de direita durante a década de 30 eram bacharéis “livres” e letrados que estavam desnorteados, carentes de apoio político e sem perspectiva de enquadramento profissional e ideológico. [...] (IBID., 61).

No Estado Novo (1937-1945), verifica-se que os intelectuais, preocupados com a questão da nacionalidade, se inseriram na “organização política e ideológica do Estado”, atuando seja na área da educação, seja na propaganda do regime (VELLOSO, 1987, p. 4). Já com a redemocratização, em 1945, os intelectuais começaram a adotar a plataforma nacional-popular e a se envolverem nos novos partidos criados.

Com o golpe civil e militar de 1964, os intelectuais e a organização da cultura foram seriamente afetados. Os principais institutos democráticos de organização da cultura foram fechados, como: o CPC (Centro Popular de Cultura), o ISEB (Instituto de Superior de Educação Brasileira) e o CTI (Comando dos Trabalhadores Intelectuais). De acordo com Coutinho (2005, p. 32):

Todo o esforço de “política cultural” do regime se voltou no sentido de dar forças às correntes elitistas e/ou escapistas no plano cultura. E isso era obtido principalmente de dois modos: por um lado, reprimindo e censurando os intelectuais que defendiam uma orientação cultural nacional-popular com o que se abria espaço para o monopólio de fato das correntes “intimistas”; e, por outro, quebrando a autonomia da sociedade civil [...] que é a base necessária para uma cultura pluralista e democrática.

A maioria dos intelectuais brasileiros fez oposição ao regime militar, de forma passiva ou ativa, negando-se a aceitar as restrições que foram impostas seja no campo político, seja no campo das manifestações culturais. Evidentemente, alguns intelectuais, agindo como “expertos” para usar a definição de Bobbio (1997) atuaram ao lado do regime militar, instrumentalizando-o para que seu domínio fosse efetivo. O perfil desses intelectuais situacionistas, porém, foge aos limites propostos por esse trabalho, que pretende compreender a atuação de Carlos Heitor Cony e seu papel de opositor da ditadura implantada em 1964.

CAPÍTULO II

O CONTEXTO DO REGIME MILITAR E A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CONY

Na década de 1960, o Brasil atravessava um período de inflação alta e grande instabilidade política, devido aos radicalismos de “direita” e “esquerda”. Compreendendo a direita como representada pelo empresariado, políticos conservadores e alta cúpula militar; e a esquerda representada pelos partidos e organizações da sociedade civil que defendiam os direitos dos trabalhadores e melhores condições de vida para as camadas mais populares. Esse cenário instável se agravou com a renúncia, em 25 de agosto de 1961, do então presidente Jânio Quadros, que tinha como vice o trabalhista João Goulart. Para que Goulart tomasse posse foi necessário haver uma campanha que reclamava a manutenção da legalidade, concedendo o mandato ao vice-presidente eleito. Após uma intensa disputa política, Goulart ascendeu ao poder como chefe de Estado, haja vista que o Congresso brasileiro decidiu adotar o parlamentarismo como forma de reduzir o poder do presidente.

Em janeiro de 1963, a população votou em um plebiscito para o retorno do presidencialismo. Contudo, os grupos de direita e a imprensa faziam críticas severas ao presidente. Em 1 de abril 1964, um golpe arquitetado por civis e militares destituiu João Goulart. No discurso de legitimação do golpe, os militares e alguns civis argumentavam que o golpe era necessário para manter a segurança nacional. O primeiro objetivo era evitar que o país se tornasse comunista e que as "instituições militares" se mantivessem seguras, e em segundo lugar era preciso restaurar a ordem, através de meios legais. (SKIDMORE, 1988, p. 45)

Em nome da segurança nacional, logo após o golpe ocorreu a chamada "operação limpeza" (tortura, perseguição, cassação de mandato e aposentadorias compulsórias) que recaíram sobre os opositores do golpe. Essa doutrina da segurança nacional, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), colocou em risco os direitos humanos, considerando que:

Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa,

ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que seja mantido na constituição, tais direitos formais só existem na prática, segundo o árbitro do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1984, p. 48).

Rodrigo Czajka afirma que a perseguição aos opositores do regime tinha um caráter moral e político: “[...] seu objetivo era, além de promover a reforma da estrutura de Estado, instaurar uma nova ordem legal e jurídica a partir dos ditames do poder militar centralizador.” (CZAJKA, 2013, p.74)

Na visão de Thomas Skidmore, as repreensões políticas não eram apenas para os civis, mas era também aplicada aos militares opositores ao regime. De acordo com esse autor, a princípio, "a Revolução de 1964" agradou a maior parte da mídia brasileira, tais como: *O Jornal do Brasil*, *o Correio da Manhã*, *O Globo*, *a Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Apenas o jornal *Última Hora* se colocou contra o golpe de 1964. Contudo, devido a essa oposição, o responsável pelo jornal, Samuel Wainer, foi obrigado a fugir às pressas da fúria dos militares (SKIDMORE, 1988, p. 63).

Ainda em 9 de abril de 1964, o Comando Militar composto pelo General Arthur da Costa e Silva, o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e pelo Vice-Almirante Augusto Rademaker Grunewald, decretou o ato Institucional número 1º que possibilitou ao governo militar alterar a Constituição, cassar leis legislativas e suspender direitos políticos por dez anos, além de aposentar pessoas que, segundo eles, eram contra a segurança do país. Outros Atos Institucionais foram criados pela ditadura para legitimar as suas ações no combate os ditos “inimigos internos”. Com a operação limpeza e a decretação dos Atos Institucionais, o regime militar perdeu o apoio da classe média, de parte da classe política, da igreja católica e da imprensa, apesar de essa ter, inicialmente, apoiado o golpe.

Mesmo na grande imprensa alguns focos de resistência surgiram frente à estrutura repressiva do Estado a partir de 1964. Somente no mês de Maio daquele ano, por exemplo, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou uma dezena de textos (entre artigos, matérias, notas e editoriais) enfocando a resistência dos intelectuais às práticas coibentes do governo militar. A articulação de intelectuais e artistas nos meios de comunicação fez inicialmente da imprensa um espaço privilegiado de resistência das formações culturais. (CZAJKA, 2013, p.74).

No jornal *o Correio da Manhã*, Carlos Heitor Cony foi um dos intelectuais que primeiro manifestou sua insatisfação com as ações do regime militar implantado em 1964. Ao defender as liberdades individuais e denunciar as arbitrariedades do

Governo brasileiro, o *Correio da Manhã* sofreu represálias e as empresas estrangeiras “cortaram-lhe a publicidade”, o que prejudicou financeiramente o jornal, levando-o a rever a sua linha editorial, a partir de 1965. Nesse processo, redatores e colaboradores foram demitidos, entre eles o cronista Carlos Heitor Cony (SODRÉ, 1983, p. 435).

O escritor e jornalista Carlos Heitor Cony nasceu em 14 de março de 1926. Filho de Ernesto Cony Filho, jornalista e de Julieta de Moraes teve uma trajetória de vida bastante interessante. Inicialmente, foi considerado mudo pela família, pois somente aos cinco anos de idade falou suas primeiras palavras. Foi educado em ambiente doméstico, para evitar maiores constrangimentos. Aos dezoito anos ingressou no Seminário Arquidiocesano, pois almejava ser padre. Em 1946, entrou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ, mas logo desistiu do curso. Para manter suas despesas, em 1947, surgiu à oportunidade de substituir seu pai durante suas férias, no *Jornal do Brasil*, um grande diário da cidade. Depois, torna-se funcionário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. No ano seguinte, ingressou no curso de preparação de oficiais da Reserva (CPOR), na arma de Infantaria, onde ficou por dois anos. Foi trabalhar como colunista do jornal *Correio da Manhã*, em 1960. (NOGUEIRA, 2007).

Cony possui uma variada produção escrita. Escreveu romances, crônicas, contos, roteiros para cinema, documentários, novelas, ensaios biográficos, entre outros. Alguns dos seus romances produzidos nas décadas de 1950 e 1960 são: *O ventre* (1958), *A verdade de cada dia* (1959), *Tijolo de segurança* (1960), *Informação ao crucificado* (1961), *Matéria de Memória* (1962), *Antes o Verão* (1964), *Baile Branco* (1965) e *Pessach à travessia* (1967).

Interessa-nos, porém, nesse trabalho, analisar as crônicas do livro intitulado *O ato e o fato*, que foi escrito em 1964, em resposta ao golpe militar. Essas crônicas sobre o regime militar foram, inicialmente, escritas no *Correio da Manhã*, contudo, posteriormente, as mesmas foram reunidas por Ênio Silveira e publicadas em forma de livro neste mesmo ano, caracterizando um ato de protesto contra a ditadura militar.

Um ano após o golpe, Cony deixou o jornal *Correio da Manhã*, depois de escrever uma crônica atacando o Ato Institucional nº. 2. (AI). Isso fez com que a direção do jornal *Correio da Manhã* e a redação entrassem em atrito. A TV Rio o

convidou para escrever uma novela sobre a baixa classe média do Rio, que um dia foi capital do país (NOGUEIRA, 2007).

Entre março de abril de 1965 o programa foi ao ar, com direção de Antonino Seabra. Após 37 capítulos, a novela escrita por Cony sofreu censura e foi substituído por Oduvaldo Viana. Cony foi preso, juntamente com Mário Carneiro, Glauber Rocha e Joaquim Pedro de Andrade, o embaixador Jaime Azevedo Rodrigues, o diretor teatral Flavio Rangel e os jornalistas Antônio Callado e Marcio Moreira Alves. A prisão desse grupo de Intelectuais ocorreu durante uma manifestação em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro. O grupo, que ficou conhecido como "Oito do Glória", foi detido pela Polícia do Exército, em cujo quartel ficou prisioneiro. Esta seria a primeira das seis prisões do escritor por motivos políticos (NOGUEIRA, 2007).

2.1 CONY: O "DOM QUIXOTE" DA IMPRENSA BRASILEIRA

Uma das crônicas escritas por Cony, intitulada "*O medo e a responsabilidade*", foi publicada no dia nove de abril de 1964, em sua coluna diária "Arte de falar mal" no jornal *Correio da Manhã*. Essa crônica critica duramente o governo de João Goulart. Segundo Cony, embora reconhecesse a legalidade do mandato de Goulart, ele não estava preparado para assumir a presidência porque se tratava de um homem "[...] fraco, pusilânime, e sobretudo, raiando aos limites do analfabetismo" (CONY, 2004a, p. 23)

Já na crônica "*Res Sacra Reus*", Cony afirma que a ascensão de Castelo Branco pode ser "simpática". Contudo, o escritor ataca, firmemente, os atos "repulsivos", que desconsiderava totalmente os direitos e a honra da população brasileira. O Ato Institucional teria institucionalizado "a confusão, os equívocos, as precipitações". Sem "[...] mencionar as perseguições e as vinganças que também se institucionalizaram nessa súbita e medieval caça às feiticeiras que estamos vivendo" (CONY, 2004b, p 52).

O Brasil foi o único país que desrespeitou totalmente a integridade da população. Nem mesmo em Cuba, Fidel Castro teria tirado dos réus o direito de defesa e nenhuma outra "Revolução" coagiu a dignidade humana como estava acontecendo com regime militar brasileiro, que estava cassando mandatos, prendendo e torturando pessoas, sem nenhuma justificativa.

Na visão de Cony, o presidente Castelo Branco, que tomou posse em 15 de abril de 1964, não era mais o "líder da revolução", parecendo mais um fantoche nas mãos do Comando Militar. E o pouco que prometeu como presidente não pôde cumprir. Na visão de Cony: "não são os homens honrados que aparentemente subiram o poder que estão realmente mandando" os que de fato estão no comando, se escondem atrás da imagem de Castelo Branco. (IBID, 2004c, p, 58).

Segundo Cony, as pessoas estavam sendo presas e as únicas informações que se tinham delas vinham através de cartas ou pelo noticiário de maneira superficial. Não se sabia nada sobre os prisioneiros, muito menos o motivo de suas prisões. Pessoas como o professor Anísio Teixeira, o jornalista Edimar Morel e o economista Celso Furtado acabaram perdendo tudo sem saber qual era o motivo, às vezes era simplesmente por ser membro simpatizante do PTB (IBID, 2004d, p. 63).

Desde que os militares assumiram o controle do Estado brasileiro, o país teria entrado em retrocesso, pois a única preocupação era tomar "medidas moralizadoras", prenderam, perseguiram, torturaram e cassaram mandatos e nenhuma medida para melhorar o país era tomada. Para os militares o Brasil era um campo de batalha. Porém, o ato mais inconsequente tomado por eles foi o rompimento com Cuba. E isso não passou de bajulação aos Estados Unidos diz Cony:

Todos sabem que o problema cubano é, para os Estados Unidos, um elemento preciso para a manutenção e solidificação de um Estado militarista. Afinal de contas, Cuba é muito pequena para inquietar o monstro tecnológico e econômico que rodeia. Mas o monstro tem problemas internos. Precisa da complacência do Congresso e do apoio da opinião pública para consumir bilhões e bilhões de dólares na lubrificação de seu "complexo industrial militar" - para usarmos a expressão de recursos - do sangue de toda sociedade - para alimentar o moloch insaciável que pede ferro, fogo e carne. (CONY, 2004e, p. 79).

Tendo em vista os propósitos desse trabalho de conclusão, uma das coisas que nos chamaram atenção no livro *O Ato e o Fato foi o fato* de Cony falar da responsabilidade dos Intelectuais. A crônica "*A hora dos Intelectuais*", que foi escrita, juntamente com Ferreira Gullar, ressalta a necessidade dos Intelectuais se manifestarem sobre a "revolução" de 1º de Abril, conforme podemos notar no seguinte fragmento:

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um

estimulam aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de ser a consciência da sociedade. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade. (IBID, 2004f, p. 89).

Observa-se nessa crônica que os autores entendem que os Intelectuais são "a consciência da sociedade". Como "homens conscientes", os Intelectuais brasileiros deveriam se manifestar contra a violência e desmando do governo militar.

Ferreira Gullar e Cony nessa crônica estão tratando da responsabilidade social, ou da missão, dos intelectuais, os quais devem ter um papel de críticos dos acontecimentos históricos. Os intelectuais não devem ser subservientes do poder, nem encastelar-se nas "torres de marfim", mas devem ser engajados politicamente, denunciando as injustiças com base em valores humanitários e universais, tradicionalmente defendidos pelos intelectuais modernos, conforme defende Julien Benda (1999, p. 90-91). Esses intelectuais humanitários seriam diferentes dos intelectuais que se renderam às paixões políticas e traíram ao seu papel originário.

Apesar de Cony e Gullar conclamarem os intelectuais à ação, o que se percebe, nesse período, é que se instalou um medo entre os Intelectuais, haja vista que professores e reitores eram depostos dos seus cargos sem nenhuma explicação. Estudantes eram perseguidos e ativistas políticos eram presos. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), pessoas que faziam parte do SNI (Serviço Nacional de Informações) se infiltravam nas instituições para identificar os "opositores do Estado". O SNI foi criado em julho de 1964 para espionar e repreender qualquer tipo de subversão política. No dia 27 de abril de 1964, foi decretado em forma de lei o Inquérito Policial Militar (IPM). Os IPMs tinham como função exterminar os supostos "inimigos internos" para que a Segurança Nacional fosse mantida (ALVES, 1984, p. 65).

Nesse período de caça aos inimigos do regime, vários intelectuais foram presos sem saber qual o motivo, muito menos para onde estariam sendo levados quando eram pegos pela polícia. O medo tomou conta da população brasileira. A liberdade foi arrancada de todos os que não concordavam com as medidas do governo militar. A imprensa trabalhava mascarada pela censura. De acordo com Cony os intelectuais brasileiros deveriam honrar sua posição social antes que fosse tarde demais. Era preciso coragem para lutar contra o governo militar (CONY, 2004f, p. 90).

Segundo Rodrigo Czajka, a crônica *A Hora dos Intelectuais* foi uma das primeiras manifestações que convocou artistas e intelectuais a lutarem contra as determinações do Governo de Castelo Branco (1964-1967). O autor afirma que o papel do intelectual frente à resistência ao governo militar era de suma importância, pois o país estava enfrentado uma forte crise política e cultural, uma fase difícil para todas as classes sociais. Em função desse contexto:

Foi-se desenhado certo grau de importância, se não necessária, destes grupos de intelectuais articularem-se através de instrumentos de comunicação capaz de demonstrar publicamente oposição a política ditatorial do regime de 1964, assim como articula um vocabulário de resistência que pudesse ser compartilhada por ele e pelo conjunto de leitores de jornal e revista (...) (CZAJKA, 2013, p. 75).

Tudo indica que a crônica, "*A hora dos Intelectuais*" chegou a ofender alguns membros dessa categoria, como médicos, jornalistas, advogados entre outros, que asseveravam que não estavam de braços cruzados, e muitos trabalhavam em silêncio, visto que o momento não era propício para sair declarando as suas indignações (CONY, 2004f, p. 92). Sobre essa crítica, Cony admite a sua generalização e diz que seu objetivo era fazer uma provocação.

No entendimento de Rodrigo Czajka (2013), Cony tinha feito parte dos membros do CTI (Comando dos Trabalhadores Intelectuais), porém ao ser interrogado pelo Coronel Gerson de Pina, o mesmo negou qualquer participação com o CTI. No entanto, Cony admitia que ele fazia parte do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que foi criado por um grupo de intelectuais, com o intuito de elaborar estudos relativos as Ciências Sociais, diz Cony que poderia algumas pessoas do CTI pertencer ao grupo do ISEB, ao qual ele fazia parte, mas ele não tinha consciência disso.

Segundo Maurício Guilherme Silva Junior (2012), as crônicas de Cony foram uma espécie de resistência à ditadura militar e era grande a importância das crônicas para a história brasileira. Para esse autor, nas crônicas de Cony a realidade é avaliada e escrita de acordo com as informações do cotidiano e a subjetividade do autor. Conforme destaca Júnior, o escritor não conseguiu ficar em silêncio. Então começou a publicar textos mostrando sua insatisfação direcionada a política brasileira. Cony se tornou, como admite em sua crônica, "um lobo solitário, de feroz individualismo" contra o regime militar.

É interessante observar que Cony expõe suas próprias versões sobre os fatos que acontecem no país, e não perde a oportunidade de denunciar os ataques aos direitos dos brasileiros, desde o golpe de 1964. Em linhas gerais podemos verificar a importância dos relatos que possuem as crônicas de Carlos Heitor Cony para a história brasileira durante o golpe militar.

As críticas feitas por Cony, parecem ter provocado as reações dos militares contra o escritor, como se notar na crônica intitulada *Aos meus leitores*, escrita em 23 de setembro de 1964:

Hoje em Brasília, o supremo Tribunal Federal deverá decidir sobre o habeas-corpus impetrado ao meu favor pelo ministro Nelson Hungria. Cabem-me nesta oportunidade algumas palavras aos meus leitores. Foi daqui, desta modesta coluna, que praticamente se aglutinou o primeiro protesto público contra as arbitrariedades e violência de um movimento armado que nos envergonha ou e ainda nos maltrata. O mérito se houve, não é meu. Foram os leitores que, dando ressonância ao meu protesto individual, engrandeceram uma campanha que se propunha modesta em seus meios e objetivos. (CONY, 2004g, p. 158).

Nesta narrativa, Cony está se referindo ao primeiro processo que sofrera depois do Golpe de 64, quando o país estava no governo de Castelo Branco. O autor enfatiza também que não é e não pretende ser político, as suas crônicas apenas falam de assuntos importantes da época, abarrotada de ironia, metáforas, e bom humor que as tornas mais agraveis de ler, porém tinha aqueles o achavam um verdadeiro alienado.

As ações dos militares contra Cony levou-o a reduzir as críticas, o que desagradou alguns leitores da coluna de Cony. Sobre isso, Cony diz que "Para continuar a ser o mesmo, para manter íntegra a minha autenticidade interior- foi que me vesti na pele suada de um Dom Quixote subdesenvolvido e saí por aí, dando patadas" (CONY, 2004h, p.162).

Na última crônica do livro, intitulada *Uma Palavra ainda*, Cony faz uma análise geral sobre os fatos e argumenta que, nesse momento, os brasileiros estavam "sem caminhos, sem lideres, sem soluções". O autor diz ainda que se sentia como um naufrago:

Não importa, afinal, a situação desta hora. Como naufrago perdido nas ondas, em meio da noite negra, o que importa é sobreviver até a madrugada, ainda que seja apenas para morrer abençoado pelo calor da aurora. Olhado os horizontes que o cercam, o naufrago não saberá de que lado surgirá à luz. Mas espera. Sabe que a aurora, saída da águas, de

repente ameaçará uma cor de dia. Essa espera justifica a sua luta e a sua sobrevivência. Também não sabemos, ainda, de que lado, de que horizonte surgirá os primeiros clarões que explorarão as trevas em que estamos mergulhados. (IBID, 2004i, p. 179).

Apesar de se sentir como um náufrago, Cony afirmava que não pretendia se calar, porque possuía um compromisso consigo mesmo (IBID, 2004h, p.162-163). Esse compromisso de que fala Cony, certamente, é o compromisso que deve ter todo homem e mulher de letras, que possui condições e meios para formar a opinião pública. E esse intelectual deve ser sempre guiado por uma ética da responsabilidade quando emitir a sua opinião para esse público leitor ou ouvinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa breve análise não ousaremos dizer que tiramos conclusões definitivas, mas fizemos alguns apontamentos relevantes que podem ser aprofundados em outras pesquisas. A partir do que foi lido e analisado no primeiro capítulo, compreendemos que vários são os sentidos do conceito de intelectual, que poder ser equiparado ao erudito, ao homem de letras ou ao homem de cultura. Compreendemos também que os intelectuais modernos, que surgiram após o século XVIII, foram se distanciando do Estado, ligando-se às classes dominantes e aos aparelhos privados de hegemonia.

No Brasil, desde o período colonial, a trajetória dos intelectuais foi marcada por uma intrínseca relação com o Estado. Essa situação só irá sofrer uma pequena mudança a partir do início do século XX, quando surgem novas demandas sociais e existe uma camada burguesa disposta a financiar as atividades culturais. Contudo, ainda durante o Estado Novo, como demonstra Velloso (1987), ainda há uma forte relação entre os intelectuais e a organização do Estado.

Após 1945, surgem novos partidos, aumenta-se a população urbana, as manifestações artísticas se diversificam e os jornais começam a exprimir, de forma mais recorrente, as suas críticas políticas. Ou seja, após a redemocratização, a atuação dos intelectuais diversificou-se. E muitos deles começam a criticar as ações do Estado. Entre os críticos do Estado está Carlos Heitor Cony, que em suas crônicas fez críticas acerbadas ao regime militar.

Cony foi um típico intelectual engajado. Na leitura de suas crônicas, escrita no ano de 1964, nos chama atenção às várias críticas que ele fez a Goulart e a Castelo Branco. Chama-nos atenção também o fato de Cony, juntamente com Gullar, convocarem os intelectuais brasileiros para lutarem em defesa da liberdade democrática.

Ao convocar os intelectuais brasileiros e denunciar as mazelas do regime militar, Cony age como um verdadeiro mediador de interesses entre o Estado e a sociedade, e demonstra que é possível utilizar a imprensa para defender os interesses públicos e mobilizar a população para a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira: **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)** 2ª Ed-
Petrópolis: Vozes, 1984.

BENDA, Julien. A traição dos Intelectuais. In: BASTOS, E.R; RÊGO, W.D. L (org).
Intelectuais e política: **A moralidade do compromisso**. SP: Editora Olho d'Água,
1999. p 65-122.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5ª ed._ Brasília: Editora Universidade de
Brasília, 2000.

_____. Os intelectuais e a vida política na Itália. . In: BASTOS, E.R; RÊGO, W.D.
L (org). Intelectuais e política: **A Moralidade do Compromisso**. SP: Editora Olho
d'Água, 1999. p. 147-166.

_____. **Os Intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na
sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista,
1997.

CONY, Carlos Heitor. O medo e a responsabilidade. In._____. **O ato e o fato**: o
som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro, Editora Objetiva,
2004a. p. 23-25.

_____. Res sacra reus. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004b. p. 52-54.

_____. Missa de trigésimo dia. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004c. p. 57-59.

_____. A herança. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004d. p. 63-65.

_____. Cuba. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004e. p. 78-80.

_____. A hora dos intelectuais. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004f. p. 89-90.

_____. Aos meus leitores. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004g. p. 158-160.

_____. Compromisso e alienação. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004h. p. 161-163.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: Ensaio sobre ideias e formas. 3ª ed._ Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CZAJKA, Rodrigo. **A Hora dos Intelectuais: literatura, imprensa e engajamento no Brasil (1964-1967)**. Eco Pós Dossiê, Rio de Janeiro, v.16, n 2.p. 73-106, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Editora Civilização Brasileira S.A. RJ. 1982.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe Dirigentes no Brasil (1920-1945)**. Ed. DIFEL. SP. 1979

MUSSE, Ricardo. **11. 1968 na visão de alguns intelectuais brasileiros. Intelectuais (inclusive FHC) falam de 68**. Disponível em: <<https://josekuller.wordpress.com/11-1968-na-visao-de-alguns-intelectuais-brasileiros/>> . Acesso em: 16.05.2016.

NOGUEIRA JR, Arnaldo. **RELEITURAS**, Carlos Heitor Cony. 2007. Disponível em: <http://www.releituras.com/cony_bio.asp>. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. **Em Tese**, Belo Horizonte, v 18, n 2, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. A crise da imprensa. In. _____ **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983. p. 391-449.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A construção da nacionalidade: Os intelectuais e o poder. In. _____. **Os Intelectuais e política cultural do Estado Novo**. Rio de

Janeiro: Ed: Centro de pesquisa e documentação de História. Contemporânea do Brasil, 1987. p.1-7.